



**UNIVERSIDAD DE CIENCIAS  
EMPRESARIALES Y SOCIALES**  
www.uces.edu.ar

**INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS EN PSICOLOGÍA Y CIENCIAS SOCIALES  
(IAEPCIS) "David Maldavsky"  
Doctorado en Psicología  
Departamento de Investigaciones**

**XVII Jornadas Internacionales de Investigación en Psicología UCES 2021  
XIX Jornadas Internacionales de Actualización del Algoritmo David Liberman  
II Simposio de especialistas en Salud Mental en Emergencias y Desastres**

**Sábado 24 de julio de 2021 – 9:00 a 17:00 (Buenos Aires).**

**O acesso a bens e serviços na perspectiva de mulheres em vulnerabilidade social  
Acceso a bienes y servicios desde la perspectiva de mujeres en vulnerabilidad social**

Autor: Karine Nogueira de Souza

E-mail: karinen.psico@gmail.com

### **Introdução**

Covre (2003), ao citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, afirma que todo o ser humano nasce livre e igual em dignidade e direitos, dotado de razão e de consciência, devendo agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Esses princípios de liberdade e igualdade seriam os alicerces do contrato social que dá origem ao Estado civil liberal. Tais pontos definem todos os sujeitos como cidadãos. A relação entre Estado e cidadão, principalmente com relação a direitos e deveres, compõe a cidadania, levando em conta as circunstâncias que possibilitam seu exercício (Vieira, 2001).

De acordo com Marshall (2002), são três classes que compõem os direitos que constituem a cidadania: direitos civis, que estão ligados a liberdade da pessoa, em poder dispor sobre seu corpo; os direitos políticos, que define a participação e exercício do poder político, e

os direitos sociais, que são os direitos ligados ao atendimento das necessidades básicas humanas, ao bem-estar econômico e a segurança no direito de participar.

Covre (2003), nos traz que o sentido de cidadania, de garantia de direitos é aproximar a essência da pessoa na sociedade, o tornando emancipado. A democracia oferece condições para que a pessoa, de acordo com suas ações possa se articular com seus pares para que criem juntos uma força de mudança na sociedade.

De acordo com Vêras (2002), quando os direitos sociais não são acessados, apresenta-se a exclusão social que traz à tona a desigualdade de oportunidades advinda do modo de produção capitalista que reflete processos de privação coletiva. Neste sentido, ao falarmos sobre vulnerabilidade material se compreende que as pessoas nesta condição estão excluídas de acesso aos bens e serviços de qualidade.

Huning et al (2007) afirmam que, vulnerabilidade social, não tem a ver apenas com a questão de pobreza e sim, com organizações políticas de raça, orientação sexual, gênero e etnia. As organizações simbólicas, que tem o poder de construção da realidade, estão também ligadas ao conceito de vulnerabilidade social, pois mesmo em situações de renda equilibrada, várias parcelas da sociedade podem ter restrita sua mobilidade social.

## **1 Método**

### **1.1 Participantes**

As 30 participantes deste estudo, passaram por critério não aleatório. Todas foram mulheres, residentes na cidade de São Paulo, SP, Brasil, mães e com idade entre 18 a 55 anos.

### **1.2 Instrumentos e Procedimentos**

Utilizou-se entrevista com questões semiestruturadas pois possibilita ao entrevistado uma maior liberdade para construção de suas respostas, para complementar a análise do estudo realizou-se a Técnica de Associação Livre, a partir do método estrutural de Abric, onde foi solicitado que as entrevistadas dissessem as primeiras palavras que vinham a mente a partir das expressões indutoras indicadas.

O perfil solicitado foi que fossem mulheres, mães, com idade entre 18 e 55 anos e moradoras da cidade de São Paulo. Antes de iniciar a entrevista foi ofertado o termo de Consentimento Livre Esclarecido, assinado, onde uma cópia ficou com a entrevistada e outra com a pesquisadora. Foram realizadas 34 entrevistas, antes do início da entrevista semiestruturada foi aplicado um questionário sócio econômico, a fim de verificar em quais aspectos se enquadram a vulnerabilidade social das famílias. Após a análise do perfil

socioeconômico a amostra foi dividida em 2 grupos. O primeiro grupo formado por mulheres mães com filhos menores de 18 anos e com idade de 18 a 39 anos e o segundo grupo por mães com filhos com idade superior a 18 anos e com idade de 40 a 55 anos.

### **1.3 Análise de dados**

Para a análise dos dados utilizou-se a abordagem de Abric, que estrutura o núcleo central para cada uma das questões realizadas, bem como um sistema periférico. Para privilegiar o conjunto de frases significativas foi utilizado o critério qualitativo.

A análise das palavras dos questionários de associação livre se deu de forma manual e os dados foram incorporados aos resultados dos quadrantes de Abric de maneira a fortalecer os resultados qualitativos apresentados. As categorias apresentadas foram: Educação, Saúde, Lazer, Qualidade dos acessos, Perspectivas e Dimensão relacional.

### **1.4 Os Quadrantes ABRIC e a Representação Social de Acessos a Bens e Serviços**

Para a uma compreensão mais ampla sobre o acesso a bens e serviços a partir da perspectiva das entrevistadas, organizou-se uma entrevista semiestruturada com 5 questões, de forma a apresentar a representação social de cada uma delas e na sequência estabelecer uma única representação que definisse o Acesso a Bens e Serviços para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A partir da análise dos relatos, foram estabelecidas frases sínteses e destas se estabeleceram categorias que se constituíram por: dificuldade a acessos, vivência de preconceito, precarização nos serviços públicos, descaso do governo, preocupação com os filhos, intervenção profissional, garantia de direitos, segurança nos espaços públicos e necessidade de informação.

## **2. Resultados e Discussões**

### **2.1 Representações sociais sobre Acessos a Bens e Serviços de acordo com os grupos**

#### **Grupo 1- Mulheres mães de filhos menores de 18 anos, com idade de 18 a 39 anos**

A representação social das entrevistadas do Grupo 1, indicam que, com relação aos acessos a bens e serviços predomina a preocupação com relação a precariedade dos serviços e a preocupação com os filhos, tanto com o que acessam hoje, quanto o que será acessado no futuro, a gratuidade nos serviços aparece como algo positivo, que possibilita que os filhos estejam na escola, tenham acesso a saúde e ao lazer, porém está ligado também as baixas condições de estrutura e segurança nestes mesmos espaços.

Ao analisarmos a primeira periferia, temos a necessidade de informação, dificuldade nos acessos, como predominantes, seguido pelo descaso do governo e qualidade de vida, que se apresenta como desejo futuro e não vivência presente.

Os elementos da segunda periferia apresentam compatibilidade com o núcleo central, as vivências de preconceito acompanhadas pela segurança nos espaços públicos fomentam os elementos negativos apresentados. Vale salientar que os elementos contrastantes existem na configuração das representações sociais, entretanto, eles não mostram sentidos contraditórios ao núcleo central, pelo fato de que a categoria apresentada formar uma díade, que implica na ideia de inclusão e exclusão.

### **Grupo 2- Mulheres mães de filhos maiores de 18 anos, com idade de 40 a 55 anos**

As representações sociais de acessos a bens e serviços, presentes na fala das mulheres, são constituídas pela percepção de que são cidadãs e que devem ter seus direitos garantidos, seguida pela dificuldade de acesso aos mesmos direitos e precarização dos que possuem.

A preocupação com os filhos e a gratuidade dos serviços, presentes na primeira periferia fortalecem o núcleo central. Os sentimentos negativos presentes na segunda periferia condizem com o exposto no núcleo central a partir dos elementos: relação de consumo, segurança nos espaços públicos, qualidade de vida, descaso do governo, intervenção profissional, vivência de preconceito e necessidade de informação. O fato de não se ter observado elemento contrastante na primeira e segunda periferia revela compatibilidade com o núcleo central, fortalecendo a representação social apresentada.

### **2.2 Acesso a bens e serviços: Representação social das mulheres em situação de vulnerabilidade social**

A representação social das participantes do estudo revela que os Acessos a Bens e Serviços se ancora na dificuldade de acessos e precarização dos serviços, seguida da preocupação com os filhos, garantia de direitos e gratuidade nos serviços públicos.

Na primeira periferia temos elementos que fortalecem o apresentado no núcleo central apresentado pela categoria necessidade de informação como algo correlacionado com as vivências negativas já apresentadas, bem como a falta de segurança nos espaços públicos, tanto no que diz respeito a acessos de qualidade quanto situações de violência e preconceito experienciadas pelas mulheres. A qualidade de vida se apresenta como algo a ser alcançado e não uma realidade presente no cotidiano das entrevistadas.

Os elementos contrastantes e a segunda periferia fortalecem o núcleo central, visto que as categorias apresentadas são o descaso do Estado, vivência de preconceito e necessidade de intervenção profissional, evidenciando que os aspectos presentes para esta categoria são causadores de fragilidades relacionais, tornando o público vulnerável sob este aspecto.

### **Considerações Finais**

Podemos observar diferenças relevantes para compreensão das vivências de cada grupo e perceber a mudança de formas de interiorização de acordo com o ciclo de vida vivido pelas participantes do estudo.

As representações apresentadas pelo Grupo 1 se diferem significativamente do grupo 02 na medida em que as ancoragens são compostas pela preocupação com relação a precariedade dos serviços e com os filhos, enquanto que o grupo 02 constitui as ancoragens voltadas aos direitos, seus acessos e debilidades.

No grupo 02, a preocupação com os filhos aparece como objetivação, junto com a questão da gratuidade dos serviços. Enquanto que para o grupo 01 a objetivação se compõe pela necessidade de maiores conhecimentos para que se possa ter melhor qualidade de vida, mencionando o descaso do governo para o alcance de tal necessidade.

Para o grupo 02 o descaso do Estado se apresenta como algo de menor relevância, não apresentando elementos contrastantes ao núcleo central, enquanto que o grupo 01, apresenta vivências de preconceito e insegurança, e apresenta elementos na zona de contrataste que fomenta os conteúdos negativos já citados.

As representações sociais construídas sobre acesso a bens e serviços, pela junção dos grupos dão conta que a dificuldade de acessos e precarização dos serviços, acarretam uma preocupação grande com os filhos, seu futuro e o que poderão ter de possibilidades para garantia dos direitos, visto que a gratuidade dos serviços não corrobora para que sejam vistos com qualidade.

Neste sentido podemos dizer que a população representada pelas participantes desta pesquisa se encontra excluída da sociedade, pois de acordo com Vêras (2002), quando os direitos sociais não são acessados temos a exclusão, que se apresenta pela desigualdade de oportunidades a qual as pessoas em situação de vulnerabilidade social estão expostas.

Ao analisar a temática acesso a bens e serviços é possível ter clareza do quanto as mulheres sentem-se excluídas na sociedade, no que diz respeito a educação, saúde e lazer. Há a compreensão de consciência de classe, reforçada pelas falas de que não apenas por ser mulher, mas por estar em situação de vulnerabilidade material o que é ofertado pelo Estado na grande

maioria das vezes não possui a qualidade necessária para que sejam preenchidos todos os aspectos de vida, essenciais ao cidadão e presente no aporte teórico apresentado sobre o tema.

Considerar-se cidadã com acesso a direitos básicos ao ser humano, é algo que na prática, não acontece com o público que vivencia situações de vulnerabilidade com comprometido acesso a renda, e isto se comprova no estudo realizado.

## Referências

Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I.G Freitas C. C., Siqueira, M. S (2013). *Acesso a bens e serviços sociais como inclusão/exclusão social em UC no Amazonas* - DOI: 10.5801/ncn.v16i1.899. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 16, n. 1, set. 2013. ISSN 2179-7536. Acessado em: 20 de fevereiro 2020, de: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/899>.

Brasil. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social* – CREAS. Brasília, 2011.

Covre, M. L. M. (2003). *O que é cidadania*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Hüning, S. M., & Guareschi, N. M. F. (2004). Estudos Culturais e Produção de Sentidos: Diálogos Possíveis na Construção de Conhecimento. In: *Seminário brasileiro de estudos culturais em educação: poder identidade e diferença. Canoas: Anais do 1º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação: poder identidade e diferença* (CD-Rom). Canoas: Editora da ULBRA, 2004.

Marshall, T. H. (2002). Cidadania e Classe Social. *Centro de Estudos Estratégicos*, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília: Senado Federal.

Silva, A. S. da. (2018). A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 194-204. Acessado em 09/04/2021 de: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/175154/163586>

Singer, P. (2003). *Globalização e Desemprego*. 6ª ed. São Paulo: Contexto.

Souza, K. N. de. (2019). O Empoderamento Para a Mulher em Vulnerabilidade Social. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 9(1), 141-161. Acessado em: 09/04/2021 de: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/175917/164036>

Torossian, S. D., & Rivero, N. E. (2012). Políticas públicas e modos de viver: *a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade*. In: CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. (Org.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. 3 ed. Petrópolis: Vozes.

Vaz, A. C. (2019). Os Direitos Humanos e as Mulheres: a escola pode civilizar?. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 9(2), 198-216. Acessado em 09/04/2021 de <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/176435/169864>

Veras R. P. (2002). A era dos idosos: os novos desafios. *Oficina de trabalho sobre Desigualdades Sociais e de Gênero em Saúde de Idosos no Brasil*, Ouro Preto, Minas Gerais.

Vieira, S. L. (2001). *Estrutura e Funcionamento da educação básica*. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 144 P.